



CONCURSO PÚBLICO

Cargo: **PROCURADOR**

Prova Objetiva
Aplicação: 16/11/2002



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém cinquenta questões objetivas corretamente ordenadas.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso; cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2002 – TCRN/PGMP, de 12/9/2002.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação de sua prova.

AGENDA

- I 16/11/2002 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II 19 e 20/11/2002 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente no local e no horário a serem informados juntamente com a divulgação desses gabaritos.
- III 19/12/2002 – Data prevista de divulgação (junto à apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e nos locais mencionados no item I, do resultado final da prova objetiva e do resultado provisório da prova discursiva.
- IV 19 e 20/12/2002 – Recebimento de recursos contra o resultado provisório da prova discursiva, exclusivamente no local e no horário que serão informados juntamente com a divulgação desse resultado.
- V 14/1/2003 – Data prevista de divulgação (junto à apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados nos itens I e II, do resultado final da prova discursiva e do convocação para a prova oral.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com estabelecido no item 13 do Edital n.º 1/2002 – TCRN/PGMP, de 12/9/2002.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone (0800) 61-448-0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 50, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará pena. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PARTE I

QUESTÃO 1

Com a promulgação da Constituição da República de 1988, o controle de constitucionalidade incidental, concreto ou difuso, cedeu espaço ao chamado controle direto, concentrado ou abstrato de normas. Restou evidenciada a opção do constituinte originário pela concentração das controvérsias constitucionais no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF). Acerca do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A perspectiva de se eliminarem do ordenamento jurídico leis e atos normativos considerados inconstitucionais faz do controle concentrado de normas forte instrumento de defesa da ordem objetiva. No processo de controle abstrato, diferentemente do que ocorre no modelo difuso, as decisões são dotadas, pela sua própria natureza, de eficácia geral. O controle concentrado caracteriza-se, ainda, pela possibilidade que tem o autor da ação de requerer medida cautelar para suspender, de forma imediata, a eficácia da lei ou do ato normativo impugnado.
- 2 É pacífica a orientação do STF no sentido da impossibilidade de se examinar a constitucionalidade de atos regulamentares editados para orientar a aplicação de leis, bem como de se analisar a afronta à Constituição proveniente do direito pré-constitucional. Cabe ao STF, no entanto, conforme se extrai de sua pacífica jurisprudência, emitir, quando provocado de forma direta, pronunciamento definitivo sobre a constitucionalidade do direito municipal em face da nova ordem constitucional.
- 3 A ação declaratória de constitucionalidade é instrumento adequado para afastar a insegurança jurídica — ou o estado de incerteza — instaurada em decorrência de pronunciamentos judiciais contraditórios da jurisdição ordinária acerca da constitucionalidade de determinada lei. A simples existência de controvérsia doutrinária quanto à constitucionalidade do ato legislativo impugnado não é razão suficiente para caracterizar o estado de incerteza apto a legitimar a propositura da ação declaratória de constitucionalidade.
- 4 De acordo com a Constituição da República de 1988, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade o presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, o procurador-geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a mesa de assembléia legislativa, governador de estado, partido político com representação no Congresso Nacional e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional. O constituinte originário optou, assim, por ampliar, de forma significativa, o chamado controle abstrato de normas, que, no modelo anteriormente consagrado, somente podia ser instaurado pelo presidente da República.
- 5 O Poder Judiciário não pode conceder a servidores públicos, sob fundamento de isonomia, ainda que se trate de hipótese de exclusão de benefício, a extensão, por via jurisdicional, de vantagens pecuniárias que foram outorgadas, por lei, a determinada categoria de agentes estatais. Tratando-se de hipótese em que se registre situação de inconstitucionalidade por omissão parcial, decorrente de exclusão discriminatória de benefício, com conseqüente ofensa ao princípio da isonomia, a extensão jurisdicional do benefício pecuniário, que teria sido indevidamente negado pelo legislador aos servidores preteridos, encontra obstáculo no princípio da separação de poderes, consoante a jurisprudência do STF.

QUESTÃO 2

Em setembro de 2001, foi publicada a Emenda Constitucional (EC) n.º 32, que regulamenta a edição de medida provisória (MP) pelo presidente da República. Houve alterações nessa espécie normativa da competência do chefe do Poder Executivo, com o acréscimo de 12 parágrafos ao artigo 62 da Constituição da República. Especificamente em torno dos limites materiais impostos à MP, foi atendida velha reivindicação da doutrina, que exigia clareza do texto constitucional quanto às matérias acerca das quais poderia a MP ser utilizada. A respeito dessa espécie normativa excepcional, transitória investida de força de lei, julgue os itens a seguir.

- 1 A MP não poderá tratar de assunto reservado ao campo de lei complementar nem versar acerca de matéria que vise à detenção ou ao seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
- 2 As MPs perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, contado da sua publicação, prorrogável uma única vez por igual período. Se o Congresso Nacional estiver em recesso, o prazo de eficácia da MP não será suspenso, devendo o Parlamento ser convocado extraordinariamente para apreciá-la.
- 3 Com o advento da EC n.º 32, passou a ser admitida a reedição, na mesma sessão legislativa, uma única vez, de MP que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido a eficácia por decurso de prazo.
- 4 Se o Congresso Nacional não editar, no prazo de sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia da MP, decreto legislativo que discipline as relações jurídicas nascidas em sua vigência, estas permanecerão por ela regidas. O Congresso Nacional passa, assim, a ter o ônus de legislar acerca das relações jurídicas surgidas durante a vigência de MPs não-convertidas em lei, sob pena de manter-se a regulação presidencial sobre elas.
- 5 Verifica-se substancial mudança quanto à competência para a apreciação de MP editada pelo presidente da República. Antes, era ela submetida ao crivo do Congresso Nacional, deliberando as duas Casas legislativas em sessão conjunta. Atualmente, a competência para apreciação passou a ser das duas Casas separadamente, impondo-se, inclusive, que a votação tenha início no Senado Federal. Isso traz ao governo imensa vantagem em relação ao sistema anterior, em que o processo legislativo se dava pelas regras do regime comum. O chefe do Poder Executivo passa a ter duas frentes de atuação, uma no Senado e outra na Câmara.

QUESTÃO 3

Os direitos fundamentais cumprem a função de direitos de defesa dos cidadãos sob uma dupla perspectiva: 1) constituem, em um plano jurídico-objetivo, normas de competência negativa para os poderes públicos, proibindo fundamentalmente as ingerências destes na esfera jurídica individual; 2) implicam, em um plano jurídico-subjetivo, o poder de exercer positivamente direitos fundamentais (liberdade positiva) e de exigir omissões dos poderes públicos, de forma a evitar agressões lesivas por parte dos mesmos (liberdade negativa).

J. J. Gomes Canotilho. *Direito constitucional*. Coimbra: Almedina, 1993, p. 541.

Considerando a temática abordada no texto acima, julgue os seguintes itens.

- 1 Os direitos fundamentais não se revestem de caráter absoluto, podendo ser, inclusive, restringidos, desde que, para tanto, seja resguardado o seu núcleo essencial, utilizado o instrumento próprio e observado o princípio da proporcionalidade/razoabilidade. Tomando-se por base a norma de direito fundamental que prevê a liberdade do exercício de atividade profissional, não será destituído de razoabilidade ato legislativo que exija qualificação especial para aqueles que pretendam exercer, por exemplo, a Medicina. Os interesses em jogo são, portanto, a liberdade profissional e a saúde pública, prevalecendo esta na hipótese mencionada.
- 2 A era dos chamados direitos políticos teve início com a Revolução Francesa e com a aprovação da primeira declaração dos direitos do homem. A marca registrada desse período está na consciência da imperiosa necessidade de se estabelecerem limites ao poder do Estado. A preocupação, no entanto, não foi capaz de frear a tendência de, partindo-se do individualismo jurídico, chegar-se aos estados totalitários. O individualismo jurídico demonstrou claramente a sua disfunção, porque passou a traduzir os interesses de uma classe determinada, deixando à margem um grupo de pessoas desiguais. O amadurecimento de novas exigências ou de novos valores, tais como o bem-estar e o interesse na manutenção de uma igualdade que transcende a fronteira do Estado, fizeram explodir uma nova era, a dos chamados direitos sociais, como o direito à liberdade, à propriedade, à educação, ao pleno emprego e à segurança.
- 3 Conforme entendimento já pacificado no STF, normas em tese — assim entendidos os preceitos estatais qualificados em função do triplice atributo da generalidade, impessoalidade e abstração — expõem-se ao controle jurisdicional pela via do mandado de segurança, que se revela, portanto, sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade.
- 4 O mandado de injunção só é cabível quando os direitos subjetivos são preexistentes, não devendo ser utilizado, portanto, para criá-los. É pressuposto dessa ação constitucional a existência de direito subjetivo concedido em abstrato pela Constituição da República, cuja fruição esteja dependendo de norma regulamentadora. Diferente é a situação quando a Constituição da República apenas outorga expectativa de direito, e, portanto, a norma regulamentadora faltante se presta a transformar essa mera expectativa em direito subjetivo, caso em que não caberá mandado de injunção, e sim ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- 5 Não será objeto de deliberação proposta de emenda constitucional tendente a abolir: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais. São as chamadas cláusulas pétreas, matérias que constituem o núcleo intangível da Constituição da República. Segundo a jurisprudência do STF, não só as normas constantes no catálogo de direitos fundamentais, mas também outras normas consagradoras de direitos fundamentais constantes no texto constitucional podem estar gravadas com a cláusula de imutabilidade.

QUESTÃO 4

As imunidades parlamentares representam elemento preponderante para a independência do Poder Legislativo. São prerrogativas, em face do direito comum, outorgadas pela Constituição da República aos membros do Congresso Nacional, para que estes possam ter bom desempenho de suas funções. As imunidades são garantias funcionais, normalmente divididas em materiais e formais, admitidas nas Constituições para o livre desempenho do ofício dos membros do Poder Legislativo e para evitar desfalques na integração do respectivo *quorum* necessário para a deliberação.

Alexandre de Moraes. *Direito constitucional*. 9.ª ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 388 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens que se seguem, relativos à temática nele apresentada.

- 1 Em face da imunidade parlamentar material, senadores e deputados federais não respondem pelos chamados delitos de opinião ou de palavra, como os crimes contra a honra, incitamento a crime, vilipêndio oral a culto religioso e apologia de crime ou criminoso. Nesses casos, os parlamentares ficam livres do inquérito policial e do processo criminal. O regime de inviolabilidade ou imunidade parlamentar material alcança somente a esfera penal, não havendo repercussão na esfera cível.
- 2 A partir da expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de 24 horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, delibere acerca da prisão.
- 3 A imunidade parlamentar formal não exclui a tipicidade da conduta. O fato constitui crime, sendo punível o seu autor. Quando da prática de delitos em que não se aplique a cláusula de atipicidade característica dos chamados delitos de opinião, os parlamentares podem ser livremente processados, sem necessidade de prévia licença da Casa respectiva, extinta, assim, a antiga exigência de autorização. No entanto, recebida a denúncia por crime ocorrido após a diplomação, o STF deverá dar ciência à respectiva Casa, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final do processo criminal, sustar o andamento da ação penal.
- 4 Cessada, por qualquer motivo, a investidura no mandato, com seu término ou eventual cassação, o parlamentar perderá a prerrogativa de foro para as infrações de natureza criminal. Caso o congressista venha a afastar-se provisoriamente para assumir determinado ministério ou exercer outro cargo público que não seja incompatível com a sua condição de parlamentar, também não subsistirá o foro privilegiado.
- 5 A proteção resultante da garantia da imunidade em sentido material somente alcança o congressista nas hipóteses em que as palavras e opiniões por ele expendidas o tenham sido no exercício do mandato ou em razão deste, de tal modo que cessará essa especial tutela de caráter político-jurídico sempre que deixar de existir, entre as declarações moralmente ofensivas, de um lado, e a prática inerente ao ofício legislativo, de outro, o necessário nexo de causalidade.

QUESTÃO 5

O Ministério Público é essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A respeito dessa instituição permanente, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A Constituição da República de 1988 conferiu ao Ministério Público realce antes desconhecido. A Constituição da República de 1946 mencionara que o chefe seria o procurador-geral da República, nomeado pelo presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, registrando ainda, expressamente, ser o procurador-geral demissível *ad nutum*. Essa orientação foi mantida na Constituição da República de 1967. A Constituição da República em vigor, além de retirar o Ministério Público do capítulo do Poder Executivo, conferiu-lhe autonomia. O procurador-geral passou a ter mandato e a ser escolhido entre integrantes da carreira.
- 2 Contingenciado pelo ordenamento positivo, mas funcionalmente independente, em um vasto domínio de ação, o membro do Ministério Público, seja quando instaura um inquérito civil público ou determina a instauração de um inquérito policial, seja quando propõe ação civil pública ou ação penal, é sempre um agente político, exceto quando atua como *custos legis*, peticionando ou emitindo pronunciamento em processos da competência do STF, do Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), dos tribunais regionais federais ou perante o juiz de primeira instância.
- 3 Não obstante a autonomia funcional e administrativa do Ministério Público estadual, a jurisprudência do STF acena no sentido da possibilidade de que a Constituição do estado-membro estabeleça a sujeição, em caráter excepcional e por prazo determinado, do controle interno do Ministério Público que atua perante o tribunal de contas estadual ao sistema normativo do Poder Executivo.
- 4 São funções institucionais do Ministério Público, entre outras previstas na Constituição, o exercício do controle interno da atividade policial, na forma de sua lei orgânica, e a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.
- 5 Compete ao STF o julgamento de conflito de competência entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público estadual, por restar configurada, na hipótese, a existência de conflito entre a União, à qual se encontra vinculado o procurador da República, e o estado-membro ao qual se vincula o promotor de justiça, com potencialidade ofensiva ao pacto federativo.

QUESTÃO 6

Acerca do processo legislativo indireto ou representativo, adotado no Brasil, pelo qual o mandante (povo) escolhe os seus mandatários (parlamentares), que receberão, de forma autônoma, poderes para decidir acerca dos assuntos de sua competência constitucional, julgue os seguintes itens.

- 1 Matéria reservada a lei complementar não pode ser disciplinada por lei ordinária, sob pena de inconstitucionalidade, embora o inverso seja admitido com temperamento, considerando-se como válida lei complementar que trate de matéria cometida a lei ordinária, já que, na hipótese, tem apenas aparência de lei complementar. Não se trata, nesse último caso, de inconstitucionalidade, mas, sim, de perda de *status*, pois a lei complementar que disciplinar matéria de legislação ordinária terá validade de simples lei ordinária, em razão do fenômeno da recepção.
- 2 São de observância compulsória pelos estados as regras básicas do processo legislativo federal, por sua implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes, incluindo-se as regras de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo na elaboração de leis que disponham acerca da remuneração de servidores públicos, seu regime jurídico e sua aposentadoria.
- 3 A Constituição da República de 1988 mantém a tradição do direito brasileiro ao circunscrever a ação constituinte do estado-membro, exigindo a observância de princípios de duas ordens: os princípios constitucionais sensíveis, cujo acatamento é obrigatório, sob pena de intervenção federal, e os princípios constitucionais estabelecidos, igualmente limitadores da autonomia do estado-membro. Esses últimos são princípios fundamentais não-enumerados, surgindo, por vezes, de modo expresso, ou são implícitos, ou, ainda, decorrentes do sistema. Ainda que não sejam capazes de conduzir a uma intervenção federal, o seu desrespeito gera a inconstitucionalidade da norma.
- 4 Em tema de processo legislativo, a Constituição da República prevê expressamente a participação do Poder Executivo no processo de elaboração das leis, competindo ao presidente da República sancionar projetos de emenda constitucional, leis complementares e leis ordinárias aprovados pelas duas Casas legislativas.
- 5 Compete privativamente ao governador de estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem à criação, à estruturação e à definição das atribuições de secretarias e órgãos da administração pública na respectiva esfera de governo.

QUESTÃO 7

Acerca da ordem constitucional vigente, julgue os itens seguintes.

- 1 O presidente da República deverá afastar-se do exercício de suas funções após a instauração de processo de *impeachment* pelo Senado Federal ou, nas infrações penais comuns, após o recebimento, pelo STF, de queixa-crime ou de denúncia formulada pelo procurador-geral da República.
- 2 A destituição do procurador-geral da República, por iniciativa do presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados.
- 3 As causas entre Estado estrangeiro e município serão processadas e julgadas pelo STF.
- 4 Na esteira da jurisprudência da Suprema Corte norte-americana e de vários tribunais constitucionais europeus, o STF vem aplicando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, ambos de conteúdo similar, na revisão judicial de atos legislativos.
- 5 Os procuradores-gerais nos estados e no Distrito Federal poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta das respectivas casas do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

QUESTÃO 8

A retirada do Estado da prestação direta dos serviços ou do exercício de uma atividade econômica não significa retorno ao Estado liberal. E isso porque, ao mesmo tempo em que acontece a retração do Estado na prestação de serviços essenciais e relevantes, impõe-se a necessidade de sua regulação indireta, de modo a garantir controle e fomento dos referidos serviços, mesmo depois de sua transferência aos particulares. Nesse contexto, tem-se a criação das agências reguladoras no Brasil. Acerca dessas agências, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Caracterizam-se como autarquias de natureza especial, possuindo grau de autonomia mais intenso que aquele conferido às autarquias comuns e gozando de prerrogativas estipuladas em suas leis instituidoras, embora submetam-se ao poder de supervisão do ministério ou secretaria a que se encontrem vinculadas. Assim, em que pese não poderem atuar em desconformidade com os princípios norteadores da administração pública, principalmente o da legalidade, possuem margem maior de discricionariedade, com vistas a atender ao novo espírito que rege a atividade estatal.
- 2 O seu âmbito de atuação passa por diversas áreas, sendo as mais importantes as de fiscalização, regulamentação, regulação e, por vezes, arbitragem e mediação, porém, sempre dentro dos limites que a lei impõe. Quando concebidas, as agências foram dotadas de personalidade jurídica de direito privado, sendo cada uma fruto de uma lei de criação.
- 3 Reconhece-se, no Brasil, a possibilidade de sua atuação normativa, produzindo decisões que afetem a vida dos administrados, condicionando seus direitos, liberdades ou atividades econômicas por meio de delegação do Congresso Nacional, isto é, admite-se poder normativo às agências, desde que exercido nos estritos limites das respectivas leis instituidoras.
- 4 As agências estão sendo criadas de modo cuidadoso, sendo preservada a sua independência em relação ao Poder Executivo, como forma de torná-las isentas de pressões políticas. Contam com alto grau de autonomia, inclusive financeira, pois são dotadas de verbas próprias. Em virtude disso, o poder jurisdicional conferido aos entes reguladores, no plano do direito administrativo, não está subordinado ao controle do Poder Judiciário.
- 5 Em alguns estados, foram criadas agências que visam, da mesma forma que as agências nacionais, a regular serviços delegados. Além de suas funções específicas, as agências estaduais podem firmar convênios com agências nacionais, com o escopo de realizar serviços de regulação dentro de seu território. Entretanto, a possibilidade de formalização de convênios depende da lei de constituição das agências.

QUESTÃO 9

A EC n.º 19/1998 realizou significativa modificação conceitual no regime jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista que exploram atividade econômica, sujeitando-as ao regime jurídico próprio das empresas privadas. A respeito dessas empresas estatais, julgue os seguintes itens.

- 1 A profunda alteração em relação ao texto original da Constituição da República de 1988 teve reflexos, mais precisamente, na fiscalização e avaliação dos chamados atos operacionais ou atos de gestão dessas empresas, uma vez que tais atos encontram-se, em regra, no campo dos direitos e obrigações civis e comerciais. Esse fato, no entanto, não as exclui do controle externo exercido pelos tribunais de contas, que devem, por sua vez, adequar os seus critérios de fiscalização, levando em conta que as referidas empresas exploram atividade econômica em regime de competição e que os seus atos de gestão devem, por isso, ser avaliados segundo as regras e os princípios do direito privado, e não do direito público, como vinha ocorrendo.
- 2 De acordo com a Constituição da República, os empregos nessas estatais, com as suas respectivas atribuições, devem ser, obrigatoriamente, criados por lei, não sendo admitida a criação por meio de simples atos internos. Essa vedação também deve ser observada nas esferas estadual e municipal.
- 3 Nos contratos comerciais diretamente relacionados às suas atividades finalísticas, essas estatais não se sujeitam ao procedimento licitatório imposto pela Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) nas hipóteses em que o referido diploma legal constituir óbice intransponível à sua atividade negocial.
- 4 Essas empresas responderão pelas obrigações contraídas e pelos prejuízos que os seus servidores, nessa qualidade, venham a causar a terceiros ou à própria administração pública. Nessas hipóteses, a sua responsabilidade é objetiva, isto é, se inexistir culpa ou dolo, não cabe a responsabilidade. Não será assim se a empresa pública e a sociedade de economia mista forem prestadoras de serviço público, caso em que deverão responder subjetivamente, até o exaurimento de seu patrimônio, pelos danos decorrentes da execução do serviço e pelos prejuízos que os seus servidores, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- 5 Em razão de sua natureza privada, essas empresas não possuem privilégios de qualquer espécie, inclusive foro ou juízo privilegiado. Isso não significa que não possam ter os privilégios que a lei autorizadora de sua instituição, ou outra, outorgar-lhes, mesmo que se trate de privilégios fiscais não-extensivos às empresas do setor privado.

QUESTÃO 10

Na categoria de atos administrativos, incluem-se os chamados atos de governo e aqueles praticados pelas autoridades dos Poderes Legislativo e Judiciário que não digam respeito às suas específicas funções. Devem ser excluídos dessa categoria os atos materiais e os regidos pelo direito privado. Considerando a temática abordada, julgue os itens a seguir.

- 1 A competência é sempre considerada elemento vinculado nos atos administrativos, objetivamente fixado pelo legislador. A forma, por sua vez, não enseja apreciação discricionária, pois, ao contrário do que ocorre no direito privado, normalmente esse elemento é, no direito administrativo, predeterminado pela lei. Não caberá à administração pública criar forma por meio da discricionariedade administrativa, mas poderá fazê-lo mediante o exercício da atividade legislativa que lhe for conferida, ante o reconhecimento legal do seu poder regulamentar.
- 2 A finalidade dos atos administrativos, discricionários ou vinculados, está sempre expressa ou implícita na lei. Por isso mesmo, o fim legal, que é necessariamente fim de interesse público, constitui aspecto vinculado dos atos discricionários, suscetíveis, portanto, de apreciação jurisdicional.
- 3 É pacífico, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, que o controle jurisdicional pode incidir sobre os elementos do ato administrativo, a fim de contrastá-lo com os princípios que regem as ações do administrador público, especialmente o da legalidade. O questionamento acerca dos motivos do ato administrativo tem sido prática constante nos tribunais quando se trata da pena de demissão imposta a servidor público. Em tais situações, pode o juiz investigar se os motivos utilizados como fundamento da demissão efetivamente ocorreram ou, uma vez ocorridos, se eram suficientes para a aplicação da mais grave sanção ao agente público.
- 4 A revogação corresponde ao desfazimento do ato administrativo em decorrência de razões diretamente resultantes de sua ilegalidade. A revogação pode ser promovida pelo Poder Judiciário ou pela própria administração, de ofício ou mediante provocação de terceiros. Declarada a revogação do ato, os efeitos gerados retroagem à data em que ele foi praticado.
- 5 O espaço para o emprego do juízo de oportunidade pela administração pública somente é admitido se houver norma jurídica que lhe confira tal poder. Em face das imposições do princípio da legalidade administrativa, o dever-poder discricionário deve estar previsto em lei. Todos os instrumentos de ação administrativa tributam sua existência ao ordenamento jurídico.

QUESTÃO 11

Partindo do princípio de que o administrador não está gerindo verbas particulares, mas, sim, recursos públicos, a legislação procura disciplinar toda a sua atuação. Assim sendo, cerca-se a administração de exigências que irão permitir, nas licitações, a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme dispõe a Lei n.º 8.666/1993. Acerca dos procedimentos licitatórios da administração pública, julgue os itens abaixo.

- 1 Assim como para compras é essencial a adequada caracterização do objeto, para obras e serviços é indispensável o detalhamento do que a administração busca do contratado; esse nível de precisão do objeto do futuro contrato é alcançado pelo que a Lei n.º 8.666/1993 denominou de projeto executivo. A adoção desse instrumento só traz reflexos positivos, pois constitui orientação para os licitantes, amplia a transparência e fortalece o trabalho técnico a ser desenvolvido.
- 2 No caso específico das licitações para a contratação de bens e serviços de informática, existe expressa determinação legal acerca do tipo a ser adotado — o de técnica e preço. Possibilita-se, assim, à administração pública, analisar cada proposta, conjugando o melhor preço com os atributos técnicos de cada proponente, permitindo-lhe conhecer, de antemão, sua qualidade e experiência, entre outros predcativos.
- 3 A Lei de Licitações remete à discricionariedade da administração a exigência da prestação de garantia por parte do licitante. Deverá ser exigida, no entanto, apenas nas hipóteses em que se fizer necessária e desde que haja previsão no edital, não podendo ser introduzida em momento posterior, pois a prestação da garantia envolve ônus econômico-financeiro, e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele.
- 4 Dando ao convite o sentido que lhe é próprio, com reforço das características de agilidade e economicidade, buscou a Lei n.º 8.666/1993 encerrar discussão até então existente, ao permitir à administração o encerramento da licitação e a efetivação da contratação mesmo sem que o número mínimo de licitantes tenha sido obtido. Para isso, no entanto, impôs a necessidade de formulação de justificativa específica, calcada nas limitações do mercado ou no manifesto desinteresse dos convidados.
- 5 Para anular certame licitatório, necessário será indicar, previamente e de modo expresso, os motivos que dão sustentação ao ato de anulação, que, obviamente, devem estar relacionados ao próprio procedimento e, ainda, ser suficientes para justificá-lo. A preocupação com a regularidade do ato de anulação esgota-se na exigência de sua motivação satisfatória.

QUESTÃO 12

A possibilidade ou a conveniência de que as necessidades de determinada unidade administrativa sejam satisfeitas por terceiros, que irão colaborar com a administração pública, será formalizada em contrato. Neste, serão especificados o regime de execução, o objeto a ser executado, as condições de pagamento e as obrigações da administração contratante e da empresa contratada. A respeito do contrato administrativo, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A subcontratação ou o cometimento a terceiros da totalidade ou de partes da execução do objeto é perfeitamente lícita, desde que haja previsão dessa faculdade no edital e no contrato, respondendo a contratada pela execução total do objeto pactuado. Não há relação alguma entre a administração e a subcontratada, de modo que a contratada é plenamente responsável pelos atos ou omissões que resultem da subcontratação.
- 2 Em se tratando de rescisão de contrato administrativo, há casos em que o contratado dá causa à rescisão, outros em que a administração contratante dá ensejo à rescisão, e outros ainda em que nenhum deles lhe dá causa. O direito à defesa encontra campo de exercício apenas nos dois primeiros conjuntos, já que neles há, de fato, um acusado de dar causa à rescisão — ou o contratado ou a contratante. Não há defesa a garantir no terceiro conjunto, uma vez que a ninguém se imputa a responsabilidade pelo desfazimento do contrato.
- 3 Se a rescisão contratual ocorrer sem culpa do contratado, este terá direito à indenização pelos prejuízos regularmente comprovados, à devolução da garantia pela autoridade que a solicitou, aos pagamentos devidos pela execução do contrato até o momento da rescisão — porque não se admite o enriquecimento ilícito — e também ao pagamento do custo de desmobilização, se for o caso.
- 4 Nas hipóteses de suspensão da execução do objeto do contrato pela administração e de interrupção dos pagamentos por ela devidos, será facultado ao contratado suspender, após o decurso dos prazos legais indicados e mediante expressa anuência da administração, o cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação do contrato. Se não houver anuência da administração, a suspensão terá de ser feita judicialmente.
- 5 A rescisão unilateral legitima os pagamentos até então efetuados com base no contrato, ao passo que a declaração de nulidade, por operar retroativamente, permite que seja questionada a totalidade dos pagamentos. Essa distinção é importante porque, ainda que em ambas as hipóteses o contratado tenha direito de ser ressarcido por aquilo que efetivamente executou, os parâmetros que irão definir, na rescisão, o *quantum* da indenização devem ser extraídos do próprio contrato, haja vista seus efeitos permanecerem válidos.

QUESTÃO 13

Até atingir o estágio atual, a fixação da responsabilidade civil da administração ou do Estado atravessou longa história, que vai desde a visão privatista até a sua caracterização como instituto do direito público. Acerca dessa responsabilidade patrimonial do Estado, julgue os seguintes itens.

- 1 A primeira das teorias que tentaram esclarecer a responsabilidade civil do Estado foi a civilista, que, como se depreende da própria denominação, tinha natureza eminentemente privada. Segundo os defensores dessa teoria, tanto no caso de atos de império — assim caracterizados quando o Estado praticava atos próprios de sua soberania — quanto no caso de atos de gestão — aqueles praticados pelo Estado nas mesmas condições de uma empresa particular —, a reparação seria devida desde que caracterizada a culpa do servidor encarregado da prática do ato.
- 2 A primeira das teorias publicísticas que tentaram caracterizar a responsabilidade do Estado por danos causados a terceiros foi a da culpa administrativa, segundo a qual o particular não precisaria provar que o agente público obrara com culpa, nem mesmo individualizar a causa do evento na pessoa de um agente determinado, sendo suficiente provar que o serviço, por funcionar mal, causara-lhe dano. Em cotejo com a teoria civilista, de conteúdo nitidamente subjetivo, a teoria da culpa administrativa traz em si natureza de responsabilidade objetiva.
- 3 A teoria do risco integral foi abandonada, na prática, por conduzir ao abuso e à iniquidade social. Por essa fórmula radical, a administração ficaria obrigada a indenizar todo e qualquer dano suportado por terceiros, ainda que resultante de culpa ou dolo da vítima. Por isso, foi brutalmente acoimada, pelas graves conseqüências que haveria de produzir se aplicada na sua inteireza.
- 4 Em relação a fatos que digam respeito a fenômenos da natureza, o poder público responderá perante o prejudicado não pelo fato em si, mas por não ter executado obras suficientemente adequadas para evitar o dano ou para mitigar seu resultado, principalmente quando o fato for notório e perfeitamente previsível, como acontece na maioria das cidades sujeitas a enchentes e deslizamentos de terra.
- 5 A Constituição da República de 1988 estabelece que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Aí está a regra-matriz que disciplina, atualmente, a responsabilidade objetiva dos entes mencionados, por danos causados por agentes seus, nessa condição, a terceiros.

QUESTÃO 14

A desapropriação é, por vezes, necessária, já que nem sempre o Estado pode alcançar os fins a que se propõe pelos meios que o direito privado oferece e regula. O proprietário do bem necessário, útil ou de interesse social para o Estado resiste às suas pretensões de compra, por não querer vender ou por não lhe interessar o preço oferecido, impedindo, com essa resistência, a realização do bem comum. Nesses casos, só a desapropriação restaura a prevalência do interesse público sobre o interesse particular, retirando do proprietário, mediante indenização, a sua propriedade. Com referência a esse tema, julgue os itens a seguir.

- 1 A desapropriação amigável é forma derivada de aquisição da propriedade pelo poder público, dado que o expropriante e o expropriado ajustam seus interesses em relação à indenização, às condições de pagamento e à transferência do domínio.
- 2 Se o Estado desapropriar determinado bem e, por engano, vier a indenizar outrem, que não seu legítimo proprietário, invalidar-se-á a desapropriação, obrigando-se a novo processo expropriatório.
- 3 O processo de desapropriação não pode ser contestado por motivo de evicção em relação ao imóvel expropriado, mas tem o expropriante direito à ação redibitória ou a pedir abatimento do preço por vício ou defeito oculto do bem expropriado.
- 4 Diz-se de necessidade pública a desapropriação em que o Estado, para impor melhor aproveitamento da terra rural ou para prestigiar certas camadas sociais, adquire a propriedade de alguém e a transfere a terceiro.
- 5 Na desapropriação amigável, o expropriado não é obrigado a receber outra coisa senão dinheiro, salvo os casos de reforma agrária e de urbanização. Qualquer recebimento que não seja em dinheiro é mera liberalidade do desapropriado.

QUESTÃO 15

No que se refere ao processo legislativo em matéria orçamentária, julgue os itens seguintes.

- 1 Depreende-se do texto constitucional que os projetos que visam modificar as leis de diretrizes orçamentárias não precisam, necessariamente, ser submetidos ao exame da comissão mista permanente de orçamentos.
- 2 A Constituição da República não prevê possibilidades de alteração no Plano Plurianual (PPA).
- 3 As normas gerais, em matéria de veto, não se aplicam ao processo legislativo orçamentário.
- 4 Havendo norma processual legislativa geral conflitante com a norma processual legislativa orçamentária, prevalece a última, quando da tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- 5 Os créditos suplementares, por serem leis ordinárias, sempre exigirão, para sua aprovação, o voto da maioria simples.

QUESTÃO 16

Entre os instrumentos de planejamento previstos na Constituição da República de 1988, estão os planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento econômico e social. Acerca desses planos, julgue os itens abaixo.

- 1 A Constituição da República estabelece que a tramitação dos planos nacionais de desenvolvimento econômico deve seguir o processo legislativo típico da matéria orçamentária.
- 2 A comissão que examina os planos nacionais de desenvolvimento econômico é a mesma que trata do exame da lei orçamentária.
- 3 Os planos, apesar de não serem leis no sentido formal, tramitam pelo Congresso Nacional.
- 4 Os planos de caráter social somente entram em vigor noventa dias após a sua publicação.
- 5 Na elaboração do PPA, devem ser considerados os dispositivos dos planos de desenvolvimento econômico.

QUESTÃO 17

No que concerne à iniciativa das leis, julgue os itens subseqüentes.

- 1 As leis do PPA não podem ser de iniciativa popular.
- 2 Em razão da aplicação do sistema de orçamento participativo na Constituição da República, é possível aos cidadãos proporem o projeto de lei orçamentária anual.
- 3 Excepcionalmente, o presidente de um tribunal pode propor a lei orçamentária relativamente às unidades orçamentárias vinculadas ao tribunal que preside.
- 4 Somente o Poder Legislativo tem autonomia para dar iniciativa à sua própria proposta orçamentária.
- 5 A Constituição da República prevê que as leis que dispõem acerca do exercício financeiro são de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

QUESTÃO 18

Acerca dos créditos especiais, julgue os itens que se seguem.

- 1 Tanto a Constituição da República quanto a Lei n.º 4.320/1964 são omissas em relação ao poder de iniciativa de projetos de lei que propõem a criação de créditos especiais, mas não o são acerca da própria matéria orçamentária.
- 2 Os créditos especiais não exigem recursos para fazer face a sua abertura.
- 3 Os créditos especiais podem ser utilizados para combater efeitos de calamidades.
- 4 É admissível abrir crédito especial lastreado na ocorrência de desequilíbrio entre receita e despesa oriundo de emenda aprovada ao projeto de lei orçamentária.
- 5 O crédito especial pode ser aberto por lei e, em casos extraordinários, por decreto.

QUESTÃO 19

Com relação aos créditos extraordinários, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto constitucional, os créditos extraordinários somente são cabíveis para atender a despesas decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- 2 O instrumento previsto na Constituição da República para a abertura dos créditos extraordinários é a medida provisória.
- 3 Há antes da Federação aos quais não se aplica a norma de instrumento de abertura de crédito extraordinário prevista na Constituição da República.
- 4 De acordo com o texto constitucional, é possível utilizarem-se, por meio de créditos extraordinários, recursos que, em razão de veto, ficarem sem despesas correspondentes.
- 5 Os créditos extraordinários que não forem utilizados integralmente durante um ano podem ser reabertos no orçamento do ano seguinte, desde que o ato de autorização de reabertura seja promulgado a partir do início do segundo período da sessão legislativa do ano seguinte.

QUESTÃO 20

No que se refere ao PPA, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Em conformidade com a Constituição da República, o PPA terá vigência de quatro anos, independentemente da duração do mandato do chefe do Poder Executivo.
- 2 Devem ser compatíveis com o PPA tanto os projetos de lei orçamentária quanto as emendas em relação a esses projetos que forem aprovadas.
- 3 Para serem aprovadas, as emendas à LDO devem ser compatíveis com o PPA.
- 4 Para que um investimento público possa ser iniciado, é indispensável que esteja previsto no PPA, caso seu montante supere o valor mínimo previsto em lei complementar.
- 5 O início de um investimento plurianual determinado pelo chefe do Poder Executivo pode acarretar processo que leve à perda do mandato, caso o referido investimento não esteja previsto no PPA.

QUESTÃO 21

Entre os princípios que incidem sobre a matéria orçamentária, sobressai o da anualidade. Considerando as conseqüências da aplicação desse princípio, julgue os itens abaixo.

- 1 As dotações da lei orçamentária têm vigência adstrita a um ano completo, mesmo que a lei seja publicada após 1.º de janeiro.
- 2 Pelo referido princípio, as dotações não utilizadas até 31 de dezembro do respectivo ano perdem sua eficácia.
- 3 O poder de reinscrever dotações no orçamento do ano seguinte constitui uma exceção ao princípio da anualidade.
- 4 Pelo princípio da anualidade, as dotações de qualquer natureza terão vigência limitada a um ano, contado da publicação da lei.
- 5 Para que uma dotação possa ser considerada realizada, é necessário que tenha sido utilizada por meio de empenho.

QUESTÃO 22

Um dos princípios da administração pública que mais afetam a atividade financeira do Estado é o da legalidade. Está sujeita a esse princípio a

- 1 dotação orçamentária.
- 2 transposição de recursos de um órgão para outro.
- 3 instituição de fundos.
- 4 utilização de recursos do orçamento fiscal para suprir déficits de empresas.
- 5 alienação de imóveis.

QUESTÃO 23

No que tange às operações de empréstimo por antecipação da receita (AROs), julgue os itens seguintes.

- 1 A Constituição da República prevê que somente é possível realizar operações de ARO se houver autorização específica na lei orçamentária.
- 2 Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as operações de ARO podem ser realizadas em qualquer ano, a partir de 10 de janeiro, para resgate até 10 de dezembro.
- 3 As operações de ARO podem ser tomadas mesmo enquanto vigentes outras de mesma natureza, desde que não ultrapassem o limite estabelecido na lei que as autorizou.
- 4 As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco do Brasil S.A.
- 5 As operações de ARO somente se classificam como receita orçamentária quando o produto de sua arrecadação se destinar a despesas de capital.

QUESTÃO 24

A destinação de recursos para o setor privado compreende uma série de situações definidas no ordenamento jurídico sobre as quais incidem normas peculiares de administração financeira. À luz dessas normas, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio impede que, no orçamento federal, haja dotações para subvenções.
- 2 Qualquer recurso público que, direta ou indiretamente, destine-se a cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá atender às condições estabelecidas na LDO e estar previsto no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- 3 A exigência de autorização legislativa específica para a destinação de recursos públicos para o setor privado não atinge as subvenções sociais.
- 4 A definição dos valores dos recursos públicos para o setor privado na forma de subvenções sociais deve levar em consideração a quantidade de unidades de serviços que serão prestados.
- 5 Incluem-se no conceito de recursos públicos para o setor privado a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.

QUESTÃO 25

A LRF promoveu significativas modificações no mecanismo de prestação de contas dos chefes do Poder Executivo previsto na Constituição da República. Quanto às alterações introduzidas pela LRF, julgue os itens abaixo.

- ❶ As contas prestadas pelos chefes do Poder Executivo passaram a incluir, além das suas próprias, as dos presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- ❷ As contas do chefe do Ministério Público serão prestadas separadamente, em razão de aquela função essencial à justiça não configurar um Poder na ordem constitucional vigente.
- ❸ O julgamento das contas dos chefes de Poderes receberá parecer prévio conjunto do respectivo tribunal de contas.
- ❹ A Constituição da República não prevê a prestação de contas conjuntas dos chefes de Poder.
- ❺ As contas da chefia do Poder Judiciário correspondem apenas às contas do presidente do STF.

QUESTÃO 26

Acerca das contas prestadas pelos chefes de poderes estaduais e municipais, à luz da LRF, julgue os itens que se seguem.

- ❶ As contas prestadas pelo governador envolvem a do presidente do respectivo tribunal de justiça.
- ❷ Entendem-se como incluídas nas contas dos chefes do Poder Judiciário de cada estado as dos demais tribunais daquela unidade da Federação.
- ❸ As contas do prefeito envolvem as do presidente de tribunal sediado no respectivo município.
- ❹ As contas do prefeito não incluem as do presidente da câmara municipal, uma vez que aquelas serão julgadas por esta casa legislativa.
- ❺ Os tribunais de contas estaduais, por serem os elaboradores dos pareceres sobre as contas do governador, não têm de encaminhar sua prestação de contas a nenhum outro órgão.

QUESTÃO 27

No que se refere aos pareceres oferecidos sobre as contas prestadas por chefes de Poderes, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Terão caráter sigiloso, especialmente se seus resultados apresentarem irregularidades praticadas por chefes de Poderes.
- ❷ O prazo para que os tribunais de contas emitam parecer prévio conclusivo sobre as contas é de sessenta dias, contados a partir da data da entrega das contas ao Poder Legislativo respectivo.
- ❸ O prazo de que dispõem os tribunais de contas para emitir o parecer prévio é estabelecido na Constituição da República, porém a LRF admite que as constituições estaduais e as leis orgânicas municipais disponham sobre outro prazo.
- ❹ A LRF permite que o prazo para municípios que não sejam capitais e que tenham menos de cem mil habitantes seja de 180 dias.
- ❺ O recesso de final de ano previsto nas respectivas leis orgânicas dos tribunais de contas não pode ter início enquanto houver contas de Poder à espera de parecer prévio.

QUESTÃO 28

De acordo com a LRF, a prestação de contas dos Poderes deve incluir

- ❶ o desempenho da arrecadação em relação à previsão.
- ❷ as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e do combate à sonegação.
- ❸ as ações de recuperação de créditos na instância administrativa.
- ❹ as ações de recuperação de créditos na instância policial.
- ❺ as medidas para incremento das receitas patrimoniais.

QUESTÃO 29

Embora os tribunais de contas não integrem o elenco dos órgãos do Poder Judiciário, a Constituição da República lhes comete o julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens ou dinheiros públicos, o que implica investi-los no parcial exercício da função judicante. Acerca do processo de prestação ou tomada de contas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Recebido o processo, cabe ao conselheiro-relator, preliminarmente, constatando a existência de irregularidade nas contas, definir, em caráter provisório, a responsabilidade individual ou solidária dos que agiram com culpa, ordenando a audiência dos responsáveis para, no prazo de vinte dias, apresentarem defesa ou recolherem o valor do débito, se houver.
- ❷ Nos casos em que for comprovada irregularidade nas contas, mas reconhecida a boa-fé do responsável, a liquidação tempestiva do débito, com os encargos legais pertinentes, implica o encerramento do processo, desde que não tenha sido observada outra falta passível de sanção legal.
- ❸ É de natureza preliminar a decisão que ordena o trancamento das contas por considerá-las ilíquidas, situação que se evidencia quando caso fortuito ou de força maior, para cujos efeitos não haja concorrido o responsável por ação ou omissão, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito.
- ❹ Comprovado alcance ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, a decisão que julgar as contas irregulares fixará a responsabilidade do agente que praticou o ato em solidariedade com terceiro que, como contratante ou parte interessada no seu resultado, haja concorrido para o dano apurado.
- ❺ O responsável condenado por decisão transitada em julgado será notificado para, no prazo de cinco dias, efetuar e comprovar o recolhimento da dívida que lhe foi imputada. É facultado ao TCE/RN, a requerimento do responsável ou do Ministério Público que atua junto àquele tribunal, autorizar o parcelamento da dívida, na forma estabelecida na norma regimental, incidindo sobre cada parcela os acréscimos legais.

QUESTÃO 30

Para assegurar a eficácia do controle e a instrução regular dos processos de julgamento de contas, o TCE/RN realiza a fiscalização dos atos e contratos de que resulte receita ou despesa, emanados de responsáveis sujeitos à sua jurisdição. A respeito dos procedimentos fiscalizatórios levados a efeito por esse Tribunal, julgue os itens a seguir.

- ❶ Compete ao TCE/RN acompanhar, pela publicação do diário oficial do estado, em boletim interno ou em outros meios de divulgação, os editais de licitação, os contratos civis ou administrativos e os convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.
- ❷ É da competência do TCE/RN realizar, por iniciativa própria ou por solicitação da Assembléia Legislativa ou das respectivas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial nas unidades administrativas estaduais e municipais. A realização de fiscalizações de natureza operacional insere-se, única e exclusivamente, nas atribuições dos órgãos de controle interno.
- ❸ Apresentado o relatório da inspeção ou auditoria realizada, o relator verifica, preliminarmente, se existe apenas impropriedade técnica ou irregularidade formal, sem indício de má-fé, caso em que determina a audiência do responsável para, no prazo de vinte dias, apresentar razões de justificativa. Oferecidos os argumentos/documentos ao TCE/RN, o relator solicita o parecer do Ministério Público, com o qual o processo é encaminhado para julgamento.
- ❹ Julgada procedente a impugnação, o TCE/RN, se reconhecida a ilegalidade de ato ou contrato, assina prazo para que o responsável adote, se for o caso, as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, devendo a decisão fazer indicação expressa dos dispositivos a serem observados. Se não for atendido, o TCE/RN susta a execução do ato ou do contrato, comunicando a decisão à Assembléia Legislativa.
- ❺ No decorrer de inspeção ou auditoria, verificada a ocorrência de alcance ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o TCE/RN, à vista de proposta do relator, ordenará, desde logo, a conversão do processo em tomada de contas especial.

QUESTÃO 31

Os despachos e decisões do TCE/RN, de suas câmaras, dos respectivos presidentes e de conselheiro-relator são passíveis de recursos e de revisão. A respeito dessa temática, julgue os seguintes itens.

- ❶ Nas questões relativas ao controle externo, as partes podem opor embargos infringentes, com efeito suspensivo, quando houver interpretações divergentes entre as câmaras.
- ❷ Os recursos são interpostos perante o dirigente do órgão ou a autoridade que proferiu o despacho ou a decisão, mediante petição contendo as razões do pedido de reforma da deliberação. Quando o recorrente houver sido julgado em débito, a admissão do recurso independe da prestação de garantia.
- ❸ Independe de recurso a correção de inexactidões materiais ou erros de cálculos, que pode ser feita pelo órgão ou autoridade julgadora, de ofício ou a requerimento das partes.
- ❹ Cabe revisão, perante o plenário ou a respectiva câmara, de decisão condenatória definitiva, proferida em processo de prestação ou tomada de contas. O prazo para requerimento da revisão é de cinco anos, a contar do trânsito em julgado da decisão. Podem requerer a revisão o responsável, cujas contas não foram aprovadas, os seus sucessores, os fiadores que hajam solvido a obrigação e o Ministério Público junto ao TCE/RN.
- ❺ Em se tratando de revisão, a petição inicial, dirigida ao presidente do TCE/RN, deve ser instruída com o inteiro teor da decisão recorrida, com a prova do seu trânsito em julgado e com todos os demais documentos em que se fundar a revisão, não sendo facultado ao requerente solicitar do relator, no interesse da prova de suas alegações, a requisição de documentos e informações de órgão ou entidade estadual, ainda que venha a justificar a impossibilidade de obtê-los diretamente no prazo que lhe restar para pedir a revisão.

QUESTÃO 32

Acerca das atribuições do TCE/RN no exercício do controle externo, julgue os itens que se seguem.

- 1 O TCE/RN emite parecer sobre as consultas que lhe são formuladas para interpretação de disposições legais e regulamentares relativas ao controle externo. Podem formular consultas os chefes dos Poderes do estado ou do município, os secretários de estado ou titulares de órgãos equivalentes e os dirigentes de entidades da administração indireta estadual e municipal.
- 2 São atos sujeitos a registro, entre outros, a admissão e a concessão de aposentadoria de servidores civis da administração estadual direta, autárquica e fundacional, incluindo as melhorias posteriores que alterem o fundamento legal do respectivo ato.
- 3 É lícito ao TCE/RN, a qualquer tempo, por iniciativa de conselheiro ou do Ministério Público junto àquele Tribunal, rever a interpretação adotada na solução de consulta, baixando, para tanto, resolução normativa. No entanto, a mudança de interpretação jurídica acarreta a revisão ou anulação dos atos praticados de acordo com a interpretação anterior.
- 4 Qualquer cidadão, autoridade, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao TCE/RN irregularidades ou ilegalidades de que tiver notícia, atribuídas a administrador ou responsável sujeito à jurisdição desse Tribunal.
- 5 Compete ao TCE/RN propor à Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte o ajuizamento de pedido de arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito para com a fazenda pública, bem como de seqüestro de bens dos que hajam enriquecido ilicitamente por influência ou abuso de cargo ou função.

QUESTÃO 33

A respeito do Ministério Público e de suas relações com o TCE/RN, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Nos processos de prestação ou tomada de contas, admissão de pessoal, concessão de aposentadoria, denúncias e consultas, é obrigatória a intervenção do Ministério Público.
- 2 Sempre que, depois de emitido o parecer, houver juntada de documentos ou produção de alegações pela parte interessada, terá o Ministério Público vista do processo para pronunciar-se sobre esses novos elementos apresentados.
- 3 Compete ao Ministério Público comparecer às sessões do TCE/RN, podendo nelas propor e representar, verbalmente ou por escrito, sobre qualquer assunto sujeito à sua competência decisória, e, ainda, participar das discussões nos julgamentos de processos, mesmo depois de iniciada a votação, ou intervir, quando solicitado, na sustentação oral das partes.
- 4 Os órgãos da administração direta ou indireta do estado e dos municípios, bem como as demais entidades, de direito público ou privado, que administrem ou apliquem dinheiros públicos, são obrigados a atender às requisições do Ministério Público necessárias ao desempenho de suas atribuições, bem como a lhe exibirem, para o mesmo fim, seus livros e registros.
- 5 Compete ao Ministério Público manter controle informativo, nos cartórios do fórum judicial, das ações decorrentes de títulos executivos emitidos pelo TCE/RN, submetendo a este, quando for o caso, as providências cabíveis.

QUESTÃO 34

Acerca dos órgãos de execução do Ministério Público junto ao TCE/RN, julgue os itens seguintes.

- 1 Poderá ser proposta, por decisão de dois terços dos membros do Conselho Superior do Ministério Público, a exoneração do procurador-geral antes do término do seu mandato, a qual deverá ser encaminhada pelo TCE/RN ao governador do estado, a quem cabe assinar o correspondente ato de exoneração, prescindindo da autorização da Assembléia Legislativa.
- 2 É da competência do procurador-geral, depois de ouvido o Conselho Superior, a remessa dos acórdãos e decisões do TCE/RN, com trânsito em julgado, à Procuradoria-Geral do Estado e às procuradorias dos municípios ou órgãos de representação judicial, para efeito de execução.
- 3 Compete ao Conselho Superior propor alteração na estrutura das atividades internas do Ministério Público, quando reclamadas pelo interesse público, bem como sugerir modificação na sua organização.
- 4 Ao procurador-geral e aos procuradores aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado pertinentes a vantagens, direitos, garantias, prerrogativas, vedações e regime disciplinar.
- 5 Compete ao presidente do TCE/RN conceder férias e licenças aos membros do Ministério Público, ou qualquer outro tipo de afastamento.

QUESTÃO 35

A partir da jurisprudência do STF, julgue os itens abaixo, referentes à atuação dos tribunais de contas.

- 1 Reconhece-se a ilegitimidade ativa de tribunal de contas estadual para o ajuizamento de ação de execução contra ex-prefeito municipal, fundada em título executivo extrajudicial oriundo de decisão que implique imputação de débito ou multa.
- 2 Em relação ao auxílio dos tribunais de contas dos estados ao Poder Legislativo respectivo, destaca-se o parecer prévio sobre as contas do governo, peça técnica meramente opinativa que não vincula a instituição parlamentar quanto ao desempenho de sua competência decisória.
- 3 Na hipótese de haver obstrução ao livre exercício das auditorias determinadas pelos tribunais de contas, configura *bis in idem* a imposição de multa e de afastamento temporário do responsável do respectivo cargo ou função, uma vez que as duas medidas têm natureza de sanção.
- 4 Nas consultas formuladas ao tribunal de contas por autoridades competentes, ante as dúvidas suscitadas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares que abrangem pessoas ou entidades e matérias sob a sua jurisdição e competência, as decisões têm caráter normativo e constituem prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto, razão por que não podem ser impugnadas pela via do mandado de segurança.
- 5 A recomendação do tribunal de contas no sentido de que o órgão observe determinado critério na contagem de tempo de serviço de servidor pode ser atacada pela via do mandado de segurança, já que o ato impugnado possui carga decisória que justifica a competência do Poder Judiciário para apreciá-lo.

PARTE II**QUESTÃO 36**

Em relação ao direito sucessório, julgue os itens a seguir.

- 1 Se Pedro e Joana, marido e mulher, falecerem simultaneamente, sem deixar ascendentes ou descendentes, seus bens serão herdados, em partes iguais, pelos colaterais do marido e da mulher.
- 2 Se concorrem à herança ascendentes do mesmo grau, mas de linhas diversas, a herança será bipartida para que os herdeiros de cada linha, conjuntamente, recebam metade da herança e a dividam entre si.
- 3 É admissível que um indivíduo viúvo, maior e capaz, transfira, ainda em vida, em doação universal, a totalidade de seus bens para seu único filho.
- 4 Sendo chamadas, simultaneamente, a uma herança duas ou mais pessoas, o direito dessas pessoas quanto à posse e ao domínio será indivisível até se ultimar a partilha, sendo vedado, entretanto, a uma delas pleitear sozinha a universalidade da herança a terceiro que indevidamente a possua.
- 5 O juízo do inventário é incompetente *ratione materiae* para decidir acerca da condição de companheira do *de cuius*, bem como dos direitos decorrentes da relação de companheirismo, ainda que exista cabal comprovação documental do fato.

QUESTÃO 37

Telmo e a Construtora Leal S.A., comprador e vendedora, respectivamente, celebraram contrato de promessa de compra e venda que tem como objeto um imóvel residencial em construção. O pagamento do bem será feito mediante trinta e seis prestações mensais e sucessivas e sinal, no ato da assinatura do contrato, no valor de 10% sobre o valor do imóvel. Acordaram, também, que, em caso de atraso de até três parcelas do pagamento, o contrato estaria rescindido com perda das arras em favor do vendedor e cominação de multa de 10% do valor das prestações pagas pelo devedor, constituído em mora. Telmo deixou de pagar as prestações a partir da décima oitava parcela, justificando a impossibilidade de cumprir a obrigação assumida por ter ficado desempregado.

Diante da situação hipotética acima e considerando a mais recente orientação do STJ a respeito do tema, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Telmo pode demandar em juízo a devolução das importâncias pagas, ainda que tenha dado causa à rescisão do contrato, em mora, desde que não esteja na posse do imóvel objeto da promessa de compra e venda.
- 2 Não é abusiva a cláusula contratual estipuladora da perda da quantia paga como sinal em favor do vendedor, quando rescindido o contrato.
- 3 Diante da inadimplência de Telmo, o contrato deverá ser rescindido, não podendo a Construtora Leal S.A. reter a totalidade das prestações pagas, sob pena de configurar-se seu enriquecimento sem causa.
- 4 A Construtora Leal S.A. pode reter parte da quantia despendida por Telmo, a título de reembolso das despesas incorridas com a venda do imóvel (publicidade, corretagem etc.) e a título de indenização decorrente da rescisão contratual ocasionada pelo promissário-comprador.
- 5 Não se aplica, à interpretação das normas que incidem sobre a espécie, o Código de Defesa do Consumidor, por não se configurar relação de consumo no contrato em exame.

QUESTÃO 38

Julgue os itens que se seguem.

- 1 Se a parte constituir advogado com o fim especial de propor ação de indenização por acidente de trabalho fundada no direito comum e vier a falecer no curso da ação, seu advogado continuará a patrocinar a causa, representando os herdeiros, sem nenhuma outra formalidade.
- 2 Se, durante a *vacatio legis*, nova lei é publicada com o intuito de tão-somente corrigir os erros materiais e de grafia da lei anterior, o prazo para entrada em vigor da lei não se altera.
- 3 É cabível ação *quantum minoris* tanto para postular abatimento de preço quanto para rescindir o contrato e reaver o preço pago, mais perdas e danos, se o comprador adquire veículo usado, recebendo-o diretamente do proprietário e em aparente perfeita condição de uso, que venha a apresentar defeito oculto na parte mecânica no décimo dia após a tradição.
- 4 Os atos processuais praticados por força de lei processual revogada deverão ser anulados a partir da promulgação da lei nova se o conteúdo da lei anterior for conflitante com o conteúdo da lei nova.
- 5 Os fundamentos que embasam a ação anulatória prevista no art. 486 do Código de Processo Civil, que prevê a rescisão dos atos jurídicos que independem de sentença ou em que esta for meramente homologatória, são os mesmos erigidos como fundamentos da ação rescisória.

QUESTÃO 39

Em relação a ação rescisória, recurso e declaração de inconstitucionalidade, julgue os itens seguintes.

- 1 Se a rescisória é proposta contra acórdão proferido por tribunal de justiça, contra o qual se havia interposto recurso especial, conhecido para confirmar a decisão *a quo*, mantendo-a em todos os seus termos, a competência para o seu julgamento é do próprio tribunal de justiça.
- 2 A decisão do relator acerca do recurso a ele distribuído é impugnável para o órgão colegiado por meio de agravo, sendo possível o juízo de retratação. O agravo não dá ensejo ao agravado para responder, não tem revisor, não precisa ser incluído em pauta e se julga sem prévia comunicação às partes, se diferentemente não dispuser o regimento interno do tribunal de justiça.
- 3 O STJ, ao examinar recurso especial, se entender que a lei aplicável à espécie é inconstitucional, somente poderá proceder ao julgamento de constitucionalidade se a questão estiver prequestionada no acórdão recorrido.
- 4 Se a parte não interpuser todos os recursos cabíveis contra a decisão que lhe for desfavorável, não poderá, após o seu trânsito em julgado, propor ação rescisória, tendo em vista a obrigatoriedade do exaurimento das instâncias recursais, conforme entendimento sumulado pelo STF.
- 5 Se a parte questionar a vigência da norma que fundamenta o direito da parte contrária, por entendê-la não-recepcionada pela vigente Constituição da República e, portanto, revogada, deverá, perante o órgão fracionário do tribunal, suscitar o competente incidente de inconstitucionalidade, observada a reserva de plenário.

QUESTÃO 40

Julgue os itens abaixo, relativos aos direitos civil e processual civil no sistema jurídico brasileiro.

- ❶ A competência originária do STJ, prevista na Constituição da República, não se aplica às hipóteses de ação de improbidade movida pelo Ministério Público contra governador de estado.
- ❷ É cabível medida cautelar preparatória à ação ordinária de improbidade administrativa para decretação do seqüestro dos bens do agente ou do terceiro que tenha enriquecido ilícitamente ou causado dano ao patrimônio público, ali incluindo-se, se for o caso, o pedido de bloqueio de bens, de contas bancárias e de aplicações financeiras mantidas pelo demandado no exterior.
- ❸ Se o título executivo não estiver apto para fundar execução, pode a parte utilizá-lo como início de prova para embasar ação monitoria.
- ❹ Se, em execução, o credor penhora bens do devedor que vem a ter sua falência decretada em outro processo, já não se aplicará àquele a preferência pela anterioridade da penhora, mas passará a vigorar o princípio da *par conditio creditorum*.
- ❺ Não são cabíveis embargos de declaração para se obter a anulação de acórdão proferido por órgão fracionário do tribunal que tenha deixado de aplicar a lei ao caso concreto por considerá-la inconstitucional, sem, entretanto, observar o princípio constitucional da reserva de plenário.

QUESTÃO 41

Em relação ao Ministério Público, ao mandado de segurança e às ações individual e coletiva, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição da República, não se admite substituição processual em mandado de segurança.
- ❷ O Ministério Público tem legitimação para propor exceção de suspeição, mas não para interpor exceção de incompetência.
- ❸ O Ministério Público não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo, mas tem legitimidade para propor ação popular e ação civil pública.
- ❹ No processo individual, a substituição processual só é admissível nas hipóteses expressamente previstas em lei, mas, no processo coletivo, a substituição processual é ampla e independe de previsão legal, dada a própria natureza da ação.
- ❺ Ação coletiva promovida por sindicato como substituto processual de seus associados não induz litispendência em relação à ação individual ajuizada por qualquer um de seus afiliados.

QUESTÃO 42

Em um final de semana, João e Paulo, previamente ajustados e com unidade de desígnios, arrombaram, com o emprego de um pé-de-cabra, as portas de acesso ao depósito da prefeitura municipal, e subtraíram, em proveito próprio, cinco microcomputadores e três impressoras. Paulo exercia o cargo efetivo de assistente de transporte na câmara municipal, fato de que João tinha pleno conhecimento. Instaurado inquérito policial, João compareceu perante a autoridade policial e devolveu os objetos subtraídos, reparando integralmente o dano e confessando a autoria do crime. Concluídas as investigações e relatado o inquérito policial, os autos foram encaminhados ao Poder Judiciário, tendo o magistrado determinado a abertura de vistas ao Ministério Público.

Julgue os itens seguintes, relativos à situação hipotética apresentada acima.

- ❶ João e Paulo praticaram o crime de peculato, em concurso de pessoas.
- ❷ Oferecida denúncia por órgão do Ministério Público pela infração penal perpetrada, o magistrado, antes de recebê-la, deverá ordenar a notificação de João e Paulo para responderem por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- ❸ Por ter João, antes do oferecimento da denúncia, devolvido à autoridade policial os objetos subtraídos, o magistrado deverá extinguir a punibilidade com relação à pessoa daquele.
- ❹ Na hipótese de Paulo ser condenado pelo crime perpetrado, fixada na sentença a pena privativa de liberdade em dois anos e seis meses de reclusão, em regime aberto, o magistrado poderá ainda decretar a perda do cargo público que ocupava.
- ❺ Se os objetos subtraídos pertencessem ao Banco do Brasil S.A. e estivessem simplesmente em depósito na prefeitura municipal, a competência para processar e julgar João e Paulo continuaria sendo da justiça comum estadual.

QUESTÃO 43

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética a respeito de crimes contra a administração pública, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Um procurador do Ministério Público junto ao TCE/RN autorizou a colocação, no mercado financeiro, de apólices da dívida pública do estado do Rio Grande do Norte, sem que tivessem sido criadas por lei. Nessa situação, o procurador responderá pelo crime de oferta pública ou colocação de títulos no mercado.
- ❷ O presidente do tribunal de justiça (TJ), dois meses antes do término do seu mandato na presidência, autorizou administrativamente o pagamento retroativo, a todos os servidores e magistrados da Casa, da diferença de 11,98% resultante da conversão de cruzeiros reais em URVs. Nessa situação, o presidente do TJ praticou o crime de aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura.
- ❸ Um procurador do Ministério Público junto ao TCE/RN, após ser regularmente intimado, deixou de restituir os autos de uma tomada de contas especial que havia recebido para manifestar-se na qualidade de órgão ministerial. Nessa situação, o procurador não responderá pelo crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório.
- ❹ Juvenal compareceu perante a autoridade policial e apresentou uma *notitia criminis* imputando a André, seu desafeto, a prática de crime relativo a licitação, que sabia de antemão ter sido praticado por Manoel, seu irmão, ocasionando a instauração de inquérito policial. Nessa situação, Juvenal praticou o crime de auto-acusação falsa.
- ❺ Um indivíduo prometeu a um funcionário público pagar-lhe a importância de R\$ 2.000,00 para retardar o andamento de um processo de tomada de contas a que estava respondendo como ordenador de despesas. No momento em que o funcionário ia receber a vantagem indevida aceita anteriormente, recebeu voz de prisão de um agente de polícia. Nessa situação, por não ter recebido a vantagem indevida, o funcionário público responderá pelo crime de corrupção passiva tentado.

QUESTÃO 44

Júlio e uma outra pessoa, não-identificada, utilizando uma chave *mixa*, subtraíram um veículo automotor que estava estacionado em um hipermercado. Logo após a subtração, Júlio foi encontrado com a *res furtiva* e a chave *mixa*, oportunidade em que foi preso em flagrante, tendo seu comparsa conseguido evadir-se. Lavrado o auto de prisão em flagrante, a autoridade policial concedeu a Júlio a liberdade provisória com fiança. Concluído o inquérito policial, os autos foram encaminhados ao Poder Judiciário, tendo o órgão do Ministério Público oferecido denúncia somente contra Júlio, imputando-lhe a prática do crime de roubo qualificado. Pelo fato de Júlio ser reincidente em crime doloso e ter praticado a infração penal no gozo de livramento condicional, o Ministério Público requereu a cassação da fiança. O juiz, no despacho de recebimento da denúncia, deu nova definição jurídica ao fato, alterando a qualificação legal para o crime de furto qualificado, e deixou de cassar a fiança. Ao ser citado, Júlio impetrou um *habeas corpus* para anular o processo, alegando a inobservância do princípio da indivisibilidade na ação penal.

Acerca dessa situação hipotética, bem como da legislação, da doutrina e da jurisprudência a ela pertinentes, julgue os itens a seguir.

- ❶ A prisão de Júlio ocorreu em flagrante impróprio ou quase-flagrante.
- ❷ A liberdade provisória com fiança foi concedida por autoridade incompetente e era incabível na espécie, sendo o caso de ser cassada e de ser expedido mandado de prisão.
- ❸ A denúncia que classifica juridicamente o crime de forma errônea não é inepta.
- ❹ O juiz não tem poderes para, no despacho de recebimento da denúncia, alterar a qualificação legal do crime.
- ❺ Aplica-se o princípio da indivisibilidade quanto à ação penal pública.

QUESTÃO 45

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Em alto-mar e a bordo de uma embarcação de recreio que ostentava a bandeira brasileira, um italiano praticou um crime de homicídio contra um brasileiro. Nessa situação, o italiano ficará sujeito à legislação penal brasileira.
- 2 José, réu primário e sem antecedentes criminais, sob a vigência da lei X, praticou um crime e foi condenado à pena privativa de liberdade de quatro anos de reclusão, a ser cumprida em regime aberto. Após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, adveio a lei Y, que criou ao réu primário, condenado a pena privativa de liberdade de até cinco anos, o direito público subjetivo de obter a sua substituição por pena restritiva de direitos. Nessa situação, José terá direito à aplicação da lei Y na fase executiva.
- 3 Durante uma acirrada discussão, um indivíduo desfechou golpes de faca contra sua esposa, hemofílica, que veio a falecer em consequência dos ferimentos sofridos, a par da contribuição de sua particular condição fisiológica. Nessa situação, tratando-se de causa anterior relativamente independente, o indivíduo não responderá pelo resultado morte.
- 4 No desenrolar de um processo eleitoral, um indivíduo que postulava um cargo eletivo efetuou, de tocaia em um lugar ermo, vários disparos de revólver contra o seu concorrente direto, causando-lhe lesões corporais gravíssimas. Após os disparos, o indivíduo arrependeu-se e socorreu imediatamente a vítima, levando-a até um hospital, onde ela foi prontamente atendida e se salvou. Nessa situação, diante do arrependimento eficaz, o indivíduo não responderá pelos atos praticados.
- 5 Um rapaz de dezessete anos de idade, casado civilmente, praticou um crime de latrocínio. Nessa situação, o rapaz continua inimputável, apesar de ter alcançado a maioridade civil.

QUESTÃO 46

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Um auditor fiscal imputou falsamente a uma empresa comercial a prática reiterada de crimes contra a ordem tributária, consistente na escrituração de notas fiscais frias, nos livros contábeis. Nessa situação, o auditor fiscal praticou contra a empresa comercial o crime de calúnia.
- 2 Na abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes em um procedimento licitatório, um indivíduo, que era representante legal de uma das empresas participantes do certame, impediu que a comissão permanente de licitação apreciasse a documentação, perturbando e ameaçando o seu presidente e seus integrantes. Nessa situação, o indivíduo praticou crime relativo à licitação.
- 3 O ordenador de despesas de um órgão do Poder Executivo autorizou a abertura de um procedimento licitatório, na modalidade convite, para a compra de material de expediente. Foram convidadas sete empresas do ramo, que não apresentaram propostas no prazo fixado no instrumento convocatório. Diante da ausência de interessados e da necessidade do material de expediente para o funcionamento regular do órgão, o ordenador de despesas autorizou justificadamente a contratação direta da empresa Livraria ABCZ Ltda., sem licitação, nas mesmas condições estabelecidas no procedimento anterior. Nessa situação, o ordenador de despesas não praticou crime contra a licitação.
- 4 Jorge adquiriu de Manuel um veículo automotor usado, emitindo, como pagamento à vista, um cheque ao portador no valor de R\$ 20 mil. Manuel alterou posteriormente a cártula para R\$ 200 mil, modificando o número e os dizeres de forma idônea a iludir terceiro. Nessa situação, Manuel praticou, em tese, crime de falsificação de documento público.
- 5 Juvenal, proprietário de uma rede de hipermercados no município de Mossoró – RN, com o fim de impedir a concorrência, vendeu mercadorias abaixo do preço de custo. Nessa situação, Juvenal praticou crime contra as relações de consumo.

QUESTÃO 47

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Um indivíduo foi condenado definitivamente a um total de penas de sessenta anos de reclusão, em regime fechado, pela prática dos crimes de roubo e peculato. Nessa situação, o indivíduo terá de cumprir ao menos dez anos das reprimendas para preencher o requisito objetivo-temporal para a progressão para o regime semi-aberto.
- 2 O Ministério Público ofereceu denúncia contra Aldo, que foi recebida pelo juiz com a designação do interrogatório. Expedido mandado de citação, Aldo passou a se ocultar do oficial de justiça para não ser citado pessoalmente, não comparecendo ao local de trabalho e à residência, bem como se afastando dos locais que freqüentava habitualmente. Nessa situação, o oficial de justiça poderá providenciar a citação de Aldo por hora certa.
- 3 Processado pela prática do crime de roubo, Antônio foi absolvido por não existir prova suficiente para a condenação. Após o trânsito em julgado da sentença, Antônio obteve uma declaração da vítima no sentido de que inexistira o fato delituoso narrado na exordial acusatória. Nessa situação, Antônio não poderá requerer a revisão criminal para que seja alterada a fundamentação da absolvição.
- 4 Marcos foi preso em flagrante pela prática de um crime de homicídio que gerou, no meio social, animosidade, antipatia e ódio, pondo em risco a sua integridade física na cadeia pública local. Além disso, a família da vítima exercia grande influência econômica e política sobre a comunidade. Nessa situação, oferecida a denúncia pelo órgão do Ministério Público, a defesa de Marcos poderá requerer o desaforamento do processo, sob o fundamento de dúvida sobre a imparcialidade do júri e sobre a segurança do réu.
- 5 O órgão do Ministério Público ofereceu denúncia contra um indivíduo, imputando-lhe a prática de um crime de difamação contra funcionário público, em razão de sua função. Nessa situação, não caberá a audiência de conciliação prevista no processo e julgamento dos crimes de calúnia e difamação.

QUESTÃO 48

Com base nas normas e princípios tributários dispostos na Constituição da República, julgue os itens a seguir.

- 1 A substituição tributária para frente tem fundamento constitucional, mesmo tratando-se de fato gerador presumido.
- 2 A lei ordinária poderá atribuir responsabilidade a sujeito passivo de obrigação tributária pelo pagamento somente de imposto ou contribuição cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
- 3 De acordo com a previsão constitucional positivada, a substituição tributária para frente garante a imediata e preferencial restituição da quantia paga a maior, caso o substituído não realize a venda pelo valor adquirido.
- 4 Para que qualquer estado da Federação possa conceder isenção do tributo de ICMS, a Constituição da República exige tão-somente que a unidade federada o faça por meio de lei específica que regule a matéria de forma exclusiva.
- 5 Os estados da Federação podem, por lei ordinária, estabelecer qualquer espécie de norma que trate do instituto da prescrição, em matéria tributária, dado o princípio federativo que lhes dá autonomia para tanto.

QUESTÃO 49

Julgue os itens abaixo, relativos ao direito tributário.

- 1 O parcelamento do crédito tributário é matéria que, por sua natureza, pode ser objeto de regulamentação pelos estados da Federação, devido à competência suplementar que eles possuem, observado o contido na norma geral veiculada pela lei complementar federal.
- 2 O parcelamento do crédito tributário é uma das causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Não pode mais ser confundido com o instituto da transação, que causa extinção da obrigação.
- 3 No ordenamento jurídico nacional, a norma constante de acordo internacional que cuide de matéria tributária entra em vigor imediatamente após o acordo ser ratificado pelo Congresso Nacional.
- 4 Em matéria tributária, o acordo internacional devidamente internalizado no Brasil prevalece sobre qualquer norma interna, pela aplicação do critério da especialidade.
- 5 A entrada em vigor de lei ordinária interna que trate de forma conflitante a mesma matéria tributária prevista em cláusula anterior de acordo internacional, devidamente internalizado no sistema jurídico nacional, causa a revogação interna e externa do acordo.

QUESTÃO 50

“Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.”

Considerando a assertiva acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 O conteúdo acima descrito corresponde ao princípio constitucional tributário da capacidade econômica, que está inserido no sistema tributário como um conceito jurídico indeterminado.
- 2 O princípio da capacidade contributiva é considerado um dos pilares da igualdade tributária e ajuda a realizar os ideais republicanos.
- 3 A capacidade contributiva, como princípio constitucional tributário, serve para embasar, de maneira autônoma, a atuação da administração tributária na cobrança de tributo.
- 4 O IPTU é um caso de exceção ao princípio da capacidade contributiva, pois, mesmo sendo imposto com caráter real, pode ser cobrado aplicando-se a graduação segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- 5 O destinatário imediato do princípio da capacidade contributiva é o legislador ordinário das pessoas políticas, e não o fisco.